



Educação Ambiental e Protagonismo Estudantil: um compromisso da comunidade escolar

Edemalges Patrício Teixeira Peperaio

Universidad Metropolitana de Asunción

Resumo: A Educação Ambiental se revela fundamental para enfrentarmos a crise ambiental atual, que resulta das tensões entre o crescimento econômico e a conservação do Meio Ambiente. Nesse contexto, os jovens se destacam como agentes de transformação social, exercendo uma função estratégica na construção de uma sociedade mais sustentável. Este estudo busca analisar e refletir sobre as formas pelas quais a Educação Ambiental pode efetuar mudanças comportamentais, com ênfase no Protagonismo Juvenil. Esse conceito resalta a importância de proporcionar oportunidades reais para que os jovens exerçam sua cidadania de maneira plena, tornando-se protagonistas de suas próprias narrativas e capacitados a agir criticamente tanto na esfera social quanto ambiental, ao mesmo tempo em que desenvolvem sua autonomia. A metodologia adotada envolveu uma revisão bibliográfica acerca da Educação Ambiental e do Protagonismo Juvenil, além da análise de intervenções pedagógicas implementadas nas escolas, fomentadas por iniciativas dos alunos, da equipe gestora e dos docentes.

Palavras-chave: Agentes Sociais. Educação Ambiental. Protagonismo Estudantil.



Recebido em: Maio. 2024; Aceito em: Out. 2024

DOI: 10.56069/2676-0428.2024.532

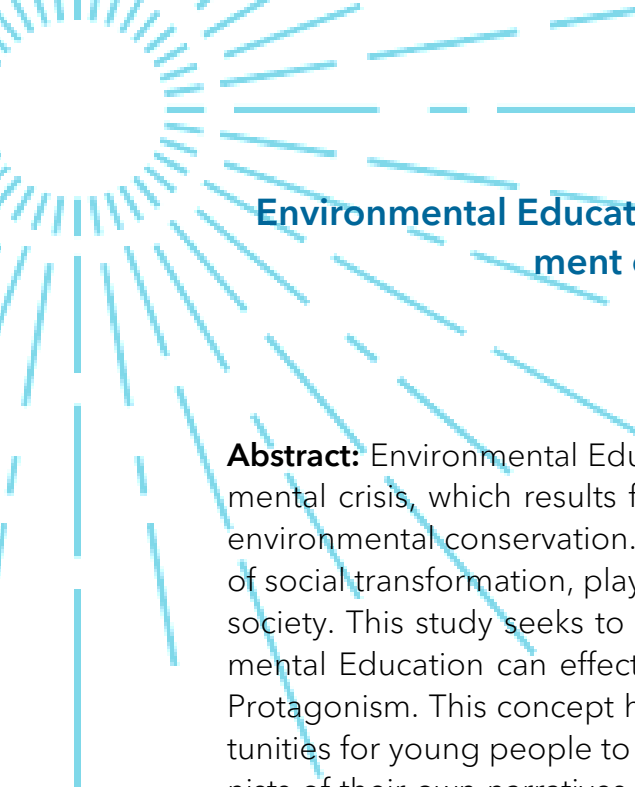
Pesquisa em Contextos Diversos: Diálogos Acadêmicos

Novembro, 2024 v. 3, n. 23

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428





Environmental Education and Student Protagonism: a commitment of the school community

Abstract: Environmental Education is fundamental to face the current environmental crisis, which results from the tensions between economic growth and environmental conservation. In this context, young people stand out as agents of social transformation, playing a strategic role in building a more sustainable society. This study seeks to analyze and reflect on the ways in which Environmental Education can effect behavioral changes, with an emphasis on Youth Protagonism. This concept highlights the importance of providing real opportunities for young people to fully exercise their citizenship, becoming protagonists of their own narratives and empowered to act critically in both the social and environmental spheres, while developing their autonomy. The methodology adopted involved a bibliographic review on Environmental Education and Youth Protagonism, in addition to the analysis of pedagogical interventions implemented in schools, fostered by initiatives of students, management staff and teachers.

Keywords: Social Agents. Environmental education. Student Protagonism.

Educación Ambiental y Protagonismo Estudiantil: un compromiso de la comunidad escolar

Resumen: La Educación Ambiental es fundamental para enfrentar la actual crisis ambiental, que resulta de las tensiones entre el crecimiento económico y la conservación del medio ambiente. En este contexto, los jóvenes se destacan como agentes de transformación social, desempeñando un papel estratégico en la construcción de una sociedad más sostenible. Este estudio busca analizar y reflexionar sobre las formas en que la Educación Ambiental puede afectar cambios de comportamiento, con énfasis en el Protagonismo Juvenil. Este concepto resalta la importancia de brindar oportunidades reales para que los jóvenes ejerzan plenamente su ciudadanía, se conviertan en protagonistas de sus propias narrativas y se empoderen para actuar críticamente tanto en el ámbito social como en el ambiental, al tiempo que desarrollan su autonomía. La metodología adoptada implicó una revisión bibliográfica sobre Educación Ambiental y Protagonismo Juvenil, además del análisis de las intervenciones pedagógicas implementadas en las escuelas, fomentadas por iniciativas de estudiantes, personal directivo y docentes.

Palabras clave: Agentes sociales. Educación ambiental. Protagonismo estudiantil.

Introdução

Neste texto, abordamos a Educação Ambiental (EA), a qual surgiu no contexto do movimento ambientalista global no século XX. Durante esse período, a humanidade começou a perceber que suas ações poderiam resultar na extinção de espécies e no esgotamento de recursos essenciais. A exploração desenfreada trouxe à tona preocupações tanto na indústria quanto no sistema econômico global.

A questão ambiental se manifestou como um desafio que transcende fronteiras, levando governos de diversas nações a buscar soluções colaborativas. Esse debate ampliou-se, evidenciando a necessidade premente de reformular valores, comportamentos e estilos de vida. Conferências e encontros internacionais foram realizados, resultando na elaboração de princípios e diretrizes que orientam ações planejadas, baseadas nas discussões acumuladas. Assim, surgiram documentos internacionais, como acordos, convenções, tratados e protocolos. Um dos marcos centrais na discussão ambiental em nível global foi a ECO-92, onde foram elaborados diversos documentos significativos, incluindo a Agenda 21 e os Tratados das ONGs, que abordaram temas relevantes como Juventude e Educação Ambiental.

Discutir a juventude é adentrar em um tema que, embora ainda não completamente definido, ganha relevância em diversas áreas. A juventude não é uma novidade apenas por estar em evidência; sempre fez parte da sociedade, em diferentes formas e contextos. Embora haja estudos disponíveis, persiste uma carência de divulgação e acúmulo de informações. "Considera-se como jovens um conjunto de indivíduos com idades diversas, sem limites rígidos. Em uma análise biológica e psicológica, a juventude é compreendida como o período que abrange desde a maturidade fisiológica até a maturidade social..

Dessa maneira, os temas Juventude e Educação Ambiental estão intrinsecamente ligados e possuem o poder de provocar mudanças sociais

significativas. Unir essas duas questões é reconhecer que os jovens são, de fato, agentes de transformação.

Educação Ambiental e Protagonismo Juvenil no Contexto Atual

A Educação Ambiental surgiu em um cenário de crise ecológica, quando a sociedade começou a reconhecer que os problemas ambientais impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Embora seja um tema amplamente discutido, Santos (2010) ressalta que a degradação ambiental continua a se intensificar, refletindo as consequências da globalização. O autor observa ainda que, à medida que a tecnologia avança rapidamente, os recursos naturais são explorados de maneira intensiva, resultando no aumento de problemas ambientais em diferentes escalas (local, regional e global), comprometendo a qualidade de vida e transformando diversas paisagens.

Nos últimos anos, essa degradação se intensificou devido à exploração desenfreada da natureza em nome do desenvolvimento econômico. Essa realidade gerou sintomas de exaustão dos recursos naturais, complexos problemas urbanos e um aumento da pobreza em várias regiões (SANTOS, 2010), afetando de maneira significativa a população mais vulnerável.

Em resposta a essa crise ambiental, surgiram debates sobre os impactos globais da degradação. Um momento crucial foi a publicação de "Limites do Crescimento", em 1972, por Dennis L. Meadows e sua equipe do Clube de Roma. No mesmo ano, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, onde líderes de diversos países se reuniram para discutir questões ambientais.

Entretanto, foi no Colóquio Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em 1975 pela UNESCO e pelo PNUMA, que a Educação Ambiental adquiriu verdadeira relevância em nível global. Este encontro culminou na "Carta de Belgrado", que estabeleceu metas, objetivos e diretrizes para programas de Educação Ambiental ao redor do mundo (UNESCO; PNUMA, 1975). A Carta de Belgrado traça uma série de objetivos, princípios e diretrizes que orientam a prática da educação ambiental.

Tomada de consciência. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas. Conhecimentos. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do Meio Ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica. Atitudes. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria. Aptidões. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais. Capacidade de avaliação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de Educação Ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos. Participação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (UNESCO; PNUMA, 1975).

A Carta de Belgrado reconhece a importância tanto da educação não formal, que abrange a maior parte da população, quanto da educação formal, voltada especialmente para crianças, adolescentes e jovens em suas trajetórias escolares e universitárias. Neste contexto, a Educação Ambiental surge em decorrência de uma crescente conscientização sobre a importância da preservação da natureza, fundamentada em uma visão de mundo que busca harmonizar diversos aspectos da realidade (sociais, econômicos, políticos e ambientais). O objetivo é garantir qualidade de vida para todos por meio de uma transformação social que envolva a participação de diferentes segmentos da sociedade, com os jovens exercendo um papel central nesse processo.

Em 1977, a UNESCO, em parceria com o PNUMA, organizou em Tbilisi, Geórgia, na antiga URSS, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Este encontro ressaltou que a Educação Ambiental deve atingir cidadãos de todas as idades, tanto dentro do sistema formal quanto no informal, cultivando atitudes de responsabilidade por meio da compreensão dos desafios contemporâneos. Essa educação deve fornecer as ferramentas necessárias para que os indivíduos possam agir em prol da melhoria de suas condições de vida e da proteção do meio ambiente, enfatizando valores éticos (UNESCO; PNUMA, 1977).

A Conferência também destacou que uma estratégia fundamental para promover a Educação Ambiental é o envolvimento ativo dos cidadãos na resolução de problemas, incentivando a iniciativa e a responsabilidade para a construção de um mundo melhor. Apesar das lacunas no ensino que afetam a Educação Ambiental, é essencial continuar desenvolvendo atividades que promovam essa prática de maneira integral (UNESCO; PNUMA, 1977).

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou ECO-92), com a participação de cerca de 172 países. O evento culminou na percepção de que os países necessitavam adotar ações concretas para melhorar as condições sociais e ambientais. Durante a conferência, foram elaborados documentos significativos, como o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", "A Carta da Terra" e a "Agenda 21", que apresentou diretrizes para a Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável (PHILIPPI JR; BRUNNA, 2004). No Brasil, a Educação Ambiental é contemplada na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 225 do capítulo VI, que estabelece sua implementação em todos os níveis de ensino.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, artigo 225).

Em 1999, foi promulgada a Lei Nº 9.795, de 27 de abril, que regula a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. No artigo 1º, capítulo I, essa legislação descreve a Educação Ambiental como um processo pelo qual indivíduos e a sociedade desenvolvem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências fundamentais para a conservação do meio ambiente, considerado um bem comum essencial para uma vida saudável e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O artigo 2º enfatiza a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todas as formas de ensino, afirmando que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999), abarcando todos os segmentos da sociedade, conforme estabelecido na Carta de Belgrado. Essa perspectiva sublinha a relevância da Educação Ambiental na formação de cidadãos ativos. A escola emerge como o espaço mais adequado para que os indivíduos se socializem e adquiram as competências e habilidades necessárias para uma inserção social efetiva. Essa instituição deve fomentar a reflexão e a conscientização acerca das questões fundamentais do meio ambiente, com a orientação de educadores e gestores.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, diversos documentos voltados à Educação foram produzidos, ressaltando a Educação Ambiental, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dos quais um de seus documentos é especialmente dedicado ao Meio Ambiente e à Educação Ambiental (BRASIL, 1997), além das Orientações Curriculares dos Estados e Municípios. Os PCNs abordam o tema através do Tema Transversal Meio Ambiente.

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações. A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Muitas das questões políticas, econômicas e sociais são permeadas por elementos diretamente ligados à questão ambiental. Nesse sentido, as situações de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar sobre ela. O exercício da participação em diferentes instâncias (desde atividades dentro da própria escola, até movimentos mais amplos referentes a problemas

da comunidade) é também fundamental para que os alunos possam contextualizar o que foi aprendido (BRASIL, 1997, p. 35 e 36).

Carvalho (2012) afirma que a Educação Ambiental é uma ferramenta crucial na formação de uma sociedade ecológica. No entanto, a autora ressalta que essa temática é frequentemente abordada de maneira superficial, englobando uma variedade de tendências, visões de mundo e interesses. Nesse sentido, há uma urgência em superar uma perspectiva ingênua da Educação Ambiental, salientando que apenas mencionar o termo em projetos ou programas não garante que seu significado profundo esteja sendo adequadamente considerado. Assim, Carvalho propõe o que ela denomina como Educação Ambiental crítica.

Para a autora, a Educação Ambiental crítica baseia-se em determinadas posturas teórico-metodológicas. A primeira delas é compreender a Educação como um processo de humanização, inserido socialmente, com o objetivo de formar indivíduos cientes de sua relação com o mundo e suas responsabilidades, tanto em relação aos outros quanto ao meio ambiente. A proposta é cultivar um sujeito autônomo por meio de uma Educação emancipatória, que o torne protagonista de sua própria trajetória, capaz de contextualizar os fatos e agir como um observador crítico da realidade.

No campo da Educação Ambiental, essa abordagem deve permitir ao estudante entender as interações entre sociedade e natureza, preparando-o para intervir nos problemas e conflitos ambientais existentes. O objetivo é "contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito ecológico que consiga identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas" (CARVALHO, 2012, p.156-157).

Neste contexto, destaca-se a importância de trabalhar com o Protagonismo Juvenil, tratando o aluno não apenas como um receptor de informações, mas como um agente ativo. O Protagonismo Juvenil implica na criação de oportunidades autênticas para que os jovens exerçam sua cidadania, tornando-se transformadores de sua própria realidade, sujeitos de sua história e capacitados a intervir de forma crítica na sociedade e no ambiente em que vivem, desenvolvendo sua autonomia.

O conceito de Protagonismo Juvenil apresenta significados variados, que variam conforme contextos políticos, históricos e econômicos, frequentemente imbuídos de discursos ideológicos, conforme salientado por Souza (2006). A utilização inicial do termo não estava centrada na Educação. Por essa razão, e por outras demandas, esse conceito requer uma reavaliação, como reflete Stamato (2009). Contudo, a escolha desse conceito neste trabalho está ligada ao exercício da cidadania e às novas concepções de Educação, que priorizam a aprendizagem a partir das ações e interações do indivíduo com os conteúdos e seu contexto.

Portanto, as abordagens apresentadas em documentos de conferências ambientais, legislações e propostas de Carvalho (2012) inserem-se no contexto educativo que buscamos explorar, onde o conceito de Protagonismo Juvenil é percebido como a formação de um sujeito autônomo, capaz de agir e interagir com os problemas, sensibilizando-se a partir de sua própria realidade, entre outras características. Segundo Costa (2001), o Protagonismo Juvenil envolve a oferta de oportunidades para que adolescentes e jovens sejam ativos em seus contextos, colaborando para a resolução de problemas e implementando ações.

O termo Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2001, p.179).

O Protagonismo representa uma abordagem essencial para a Educação, uma vez que reconhece o aluno como um agente ativo e interativo, contrastando com a visão tradicional que o considerava apenas um receptor passivo de informações. Neste contexto, procederemos à análise de uma estratégia pedagógica aplicada em uma escola estadual, cujos resultados positivos evidenciam a eficácia desse método, constituindo-se no núcleo central deste estudo.

Considerações Finais

Este texto fornece uma visão geral das ações nas áreas de Educação Ambiental e Juventudes, ainda que de forma incompleta. Essas iniciativas, embora frequentemente isoladas, são essenciais para a construção dessa trajetória.

Existem esforços sendo realizados nessas áreas. No entanto, para que haja um avanço significativo, é imprescindível priorizar a integração das ações entre os diferentes órgãos e instâncias governamentais. Nesse sentido, a solidificação do Órgão Gestor da PNEA nas esferas estadual e municipal pode oferecer um impulso relevante para essa integração. Assim, cria-se uma instância local de implementação da Educação Ambiental, o que facilita a relação entre esses temas, visto que discutir Educação Ambiental implica, indiretamente, dialogar sobre Juventudes.

Entretanto, essa integração transcende o trabalho realizado internamente e no âmbito nacional. Temos a chance de olhar para o mundo, buscando compreender a relação entre nossas ações 'aqui e agora' e o restante do planeta, através da América Latina. É crucial que nos reconheçamos como parte do universo dos povos latino-americanos. O que pensam os jovens da América hispânica? A *Carta das Juventudes Ibero-americanas* (apud VARGAS, 2006, p. 87) pode servir como um excelente ponto de partida. É fundamental reavaliar o significado do trabalho, já que este confere sentido e direção à vida. Seu valor deve ser reconectado à ideia de prazer em realizar, construir e cuidar, tanto de si quanto do mundo ao redor. O trabalho deve ser concebido como a alegria de 'fazer' e 'cuidar'. As práticas de plantar, regar e colher devem ser tão valorizadas, ou até mais, do que a reflexão sobre o processo de plantio e colheita dos alimentos.

Não podemos progredir em direção à sustentabilidade sem uma revisão profunda de valores que levem as pessoas a modificar comportamentos e a planejar suas atividades de forma menos predatória, considerando o tempo necessário para a recuperação dos elementos naturais que utilizamos. As áreas de Educação Ambiental e Juventudes não podem operar milagres sozinhas,

mas têm um papel vital nesse processo; quanto maior o envolvimento de todas as áreas, melhor será a qualidade da transformação que almejamos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Secretaria especial de editoração e publicações/Senado Federal, 2006.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, A. C. G. da. **A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa.** São Paulo: Global/Instituto Ayrton Sena, 2001.

PHILIPPI JR., A. R.; BRUNNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri: Manole, 2004.

SANTOS, R. dos. **Meio ambiente e qualidade de vida na Estância Turística de Presidente Epitácio** – São Paulo. 2010. 374 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, R.M. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STAMATO, M. I. C. Protagonismo Juvenil: um conceito em revisão. In: ESPINDULA, B. (ORG.) **Protagonismo da juventude brasileira**: teoria e memória. São Paulo: Instituto ArteCidadania, 2009. p. 25-35.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **A Carta de Belgrado**: uma estrutura global para a educação ambiental. Belgrado: UNESCO/PNUMA, 1975.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**. Tbilisi: UNESCO/PNUMA, 1977.

VARGAS, Icléia Albuquerque de et al. (Org.). **Educação ambiental**. Gotas de saber: reflexões e práticas. Campo Grande: Editora Oeste, 2006.